

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HÉLIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

- TITULARES**
Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

- Secretário — Rita Celestino Soares
Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

- TITULARES**
Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

- Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB).

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sático

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélío Guimarães Sotto Major.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 142.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 26 de Setembro de 1972 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Rosário Pitelli, secretariada pelos srs. Deputados: Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Basilio Zanusso — Borsari Neto — David Federmann — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Nivaldo Kruger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Santos Lima — Wilson Brandão — João Mansur e Xenofonte Villanueva. (42); achando-se ausentes os srs. Deputados: Wilson Fortes — Antonio Costa — Arthur de Souza — Cândido Martins de Oliveira e Sebastião Rodrigues Júnior. (5).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA destinada à apreciação de Vetos Governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,
com a presença de 42 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n. 64-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 87-71, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo, autoriza o Poder Executivo, estender da sede do Município de Adrianópolis ao lugar denominado de Ribeirão do Rocha, uma linha de força e luz elétrica. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 27, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

P P

ORDEM DO DIA:
Discussão única — da Proposição n. 65-72.
Levanta-se a Sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 143.ª Sessão Ordinária Realizada em 26 de Setembro de 1972 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni secretariada pelos srs. Domicio Scaramella e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Basilio Zanusso — Borsari Neto — David Federmann — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Nivaldo Kruger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Santos Lima — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (42); achando-se ausentes os srs. Deputados Wilson Fortes, Antonio Costa — Arthur de Souza — Cândido Martins de Oliveira e Sebastião Rodrigues Júnior. (5).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Assembléia um voto de regozijo ao escritor paranaense José Maria Orreda, pela edição do seu último livro denominado "Irati", em que abordo a história daquele município paranaense.

Nascido em 27 de novembro de 1936, José Maria Orreda não é novato na arte de escrever. Seus livros "Minha Cidade", "Pequena História da Erva-Mate", "Educação e Comunidade", "Jogos Desportivos" "Educação Integral Para Todos", ai estão a atestar a capacidade de produtiva deste homem paranaense que procura, na pesquisa bibliográfica, dar a sua colaboração ao engrandecimento de nosso Estado.

Jornalista, e homem ligado ao desporto, Orreda, além de formado em Educação Física, ocupou em sua vida pública os cargos de diretor do jornal

"O Debate" de Irati, professor do Colégio Estadual São Vicente de Paulo, diretor do Serviço de Esportes do SESI, diretor do Ginásio Sagrado Coração, presidente da LIDA, além de ser membro fundador da APAE e do Conselho de Juventude Rural, bem como integrante do GT que elaborou o I Plano de Educação Física e Desportos do Paraná. Por tudo isto que o engrandece como homem público conterrâneo é que acreditamos na aprovação do plano em tela.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1972.

(a) — Mauricio Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, Requer a Vossa Excelência seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Sessão, voto de regozijo pela passagem no último dia 21 do corrente mês, do "Jubileu de Ouro" do Instituto de Educação do Paraná.

Estabelecimento de transcendental importância para o ensino do Paraná, o Instituto de Educação, pelo trabalho desenvolvido por seu corpo docente e administrativo é tido como modelo das novas orientações pedagógicas instituídas em nosso Estado.

Pelo que realizou e vem efetuando em prol do ensino, é justo que se consigne este voto de regozijo, pedindo que o mesmo seja comunicado à Direção daquele estabelecimento.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.972.

(a) Mauricio Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de congratulações ao jornal "Folha do Norte", editado em Maringá, legítima expressão da imprensa paranaense, magnifico porta voz das reivindicações e aspirações da gente daquela região.

Esta iniciativa é resultante do fato de que o aludido veículo de difusão, no afã de corresponder ao acompanhamento do progresso técnico que indica a presença dos mais prestigiosos jornais do país, apresta-se a adquirir uma impressora "off-set", passando a adotar uma feição atraente e de nitidez absoluta de impressão.

Requer, outrossim o signatário que, da decisão da Casa, seja oferecido conhecimento à direção de "Folha do Norte", representada pelos editores Dutra, Assis & Cia. Ltda.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1972.

(a) — Wilson Brandão

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa, REQUER:

1.º — seja encaminhada expediente ao Sr. Dr. Hiram Rolim Lamas, DD. Diretor-Presidente da TELEPAR, encarecendo-lhe as necessárias determinações no sentido ser procedida instalação de TELEFONES PÚBLICOS nos bairros de Vila Cancell, Alto Alegre, B.N.H., São Cristóvão e Neva, da cidade de Cascavel, Pr.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de setembro de 1972.

(a) Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA

A TELEPAR é empresa de serviço público que tem presença positiva na região de Cascavel, operando com eficiência e possibilitando a integração da cidade na grande rota oeste de telecomunicações e situando-a entre as grandes beneficiárias da política de expansão do setor em execução pelos governos Estadual e Federal e vital à segurança nacional.

Assim, o presente requerimento além de reivindicativo deverá também servir para que se faça justiça à notável atuação daquela empresa, sabidamente uma das que maior grau de rentabilidade apresenta de quantas operadas pelo poder público estadual, pois é justo que se proclame a satisfação da comunidade pelos serviços que vem recebendo. Entretanto, e talvez mesmo em decorrência da amplitude do planejamento a longo prazo e para atingimento de grandes metas a TELEPAR, até o momento, não teve sua atenção despertada para a necessidade de instalação de TELEFONES PÚBLICOS em bairros de Cascavel, notadamente os de Vila Cancell; Alto Alegre; B.N.H.; São Cristóvão e Neva que se ressentem da possibilidade de comunicação imediata com o centro urbano da cidade, ficando seus moradores completamente isolados principalmente nos períodos noturnos quando muitas vezes se faz necessário algum atendimento de urgência. Os TELEFONES PÚBLICOS cuja instalação se encarece poderiam ser colocados em casas comerciais dos bairros citados o que viria beneficiar em muito a cada uma das comunidades suburbanas, sendo certo ainda que os mesmos teriam um caráter de utilidade pública, sentido que a TELEPAR sempre soube dar à todas suas iniciativas e ao qual certamente estará concorde para concretização da presente solicitação.

Dispensando-nos de mais profundas considerações quanto à oportunidade do atendimento do contido no presente requerimento, pois certamente os dedicados técnicos da TELEPAR terão maiores suprimentos de conhecimento da matéria para justificar o seu atendimento, esperamos que os nobres Deputados, bem entendendo o significado desta nossa proposição deem à mesma o seu honroso e indispensável apoio.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n. 166-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica transferida à responsabilidade do D.E.R. a estrada que liga o Município de Irati ao Município de Santo Inácio Martins, passando pelas localidades de Rio Corrente, Rio Preto, Guamirim, Governador Ribas, Agua Clara e Serro do Leão, até o início do quadro urbano do Município de Inácio Martins.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1972.

a) Antonio Lopes Júnior

JUSTIFICAÇÃO:

Inácio Martins é um Município de grande futuro. Inúmeras fábricas, aliadas à pecuária e à agricultura, contribuem para o esforço nacional de produção e para o aumento da renda per-capita do povo brasileiro. As localidades citadas no artigo primeiro deste projeto, estão na mesma linha de Inácio Martins, produzindo, lutando pelo progresso. É justo que recebam do Estado o necessário amparo no setor rodoviário, para que os seus produtos não fiquem à mercê do tempo e possam ser transportados.

Projeto de Lei n. 167-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a Sociedade Educacional Tuiuti, com sede e foro nesta Capital, fundada em 24 de outubro de 1.966.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.972.

(a) João Mansur

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Educacional Tuiuti, com personalidade jurídica e sede nesta Capital, já reconhecida como de Utilidade Pública pelo Município de Curitiba, através da Lei Municipal n. 3.964, de 24.9.1971, é entidade que presta relevantes serviços à coletividade, no proporcionamento de assistência cultural, social e educativa, contribuindo, inclusive, na formação técnica especializada, visando compartilhar do esforço comum voltado ao progresso material e cultural do país.

Mantendo cursos gratuitos para alunos reconhecidamente pobres, participa ativamente do programa nacional de alfabetização para menores e adultos, além de manter cursos básicos de artesanato.

Desfrutando de elevado conceito, meritariamente conquistado, através de inegável eficiência dos métodos de ensino adotados, a par dos profundos conhecimentos didáticos e pedagógicos dos mestres, além da atividade assistencial, condições que distinguem e situam a Sociedade como verdadeiro patrimônio estadual, o seu reconhecimento pelo Estado do Paraná, como instituição de utilidade pública, representará justa homenagem ao idealismo e dedicação dos que ajudam a engrandecer ainda mais o renome cultural do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra e a satisfação de anunciar a presença de um grupo de alunos do Grupo Escolar "Ermelino de Leão", desta Capital. São alunos acompanhados de suas professoras, Sras. Dona Maria Nazaré e Dona Rosilene Cortes.

O SR. PRESIDENTE — Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente. No Grande Expediente concedo a palavra ao sr. Deputado Gilberto Carvalho, primeiro orador inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Volto nesta tarde para tratar novamente do caso das serventes, mas antes de entrar no assunto, quero deixar registrado em nome do Distrito de Juciara, Município de Kaloré, os agradecimentos da população daquela Distrito pelo atendimento dado por S. Exa. o sr. Governador do Estado na ligação da energia elétrica feita por intermédio do Departamento de Águas e Energia Elétrica e da Copel. O que nós pudemos verificar na quinta-feira passada, a alegria e o contentamento da população daquele Distrito, quando foi entregue pelos Diretores da Copel aquele serviço que vem contribuir decisivamente para o engrandecimento do Distrito de Juciara, e quero também deixar registrado a alegria com que o povo do Distrito de Lunardelli recebeu do Sr. Presidente da Copel e autorização para a conclusão da ligação de energia também naquele Distrito, que conta hoje na sua sede com quase 3 mil habitantes e nos Distritos quase 19 mil. Como disse inicialmente, Sr. Presidente e srs. Deputados, volto a falar sobre as serventes. Em 5 de maio do corrente ano, depois de uma reunião em que participamos na cidade de Londrina com zeladoras e inspetoras de alunos, ocupei a Tribuna depois daquela palestra em que participava comigo um representante da Secretaria de Educação e Cultura, alegando que aquela Secretaria pagaria às serventes o mês de julho. Falamos isto num grupo de trabalho designado por S. Exa., o Sr. Secretário de Educação, cujo grupo apresentou um relatório à Dra. Diar Santos em fevereiro de 72, em que se apresentava a dotação de serviços eventuais e cuja verba é paga às serventes num total de Cr\$ 10.845,00. Quando pleiteamos verificamos que as serventes recebendo os 10 meses na base de 171 cruzeiros e sessenta centavos, essas 5.600 serventes receberiam nove milhões, 609 mil e 600 cruzeiros, ficando ainda um saldo de 1 milhão, 235 mil e quatrocentos. Foi com tristeza que recebemos a notícia, nesta semana de que a Secretaria de Educação utilizou desta verba de serviços eventuais pagando 47 fora da Secretaria de Educação e esta verba hoje não tem suporte suficiente para o pagamento dos serviços dessas serventes. Fiz um apelo há poucos dias ao Sr. Secretário do Governo para que solucionasse de uma vez por todas o caso da previdência social das serventes e fui informado que havia sido feita consulta ao Ministério do Trabalho e que estava sendo aguardado solução. Já se foram 90 dias e não temos nenhuma solução quanto ao pagamento da previdência social, mas temos conhecimento de que na cidade de Ponta Grossa as serventes há poucos dias, digo, 15 professoras entraram com uma ação e foram indenizadas em 44 mil 973 cruzeiros e 75 centavos e que hoje existe uma audiência de conciliação para mais 14 serventes e dia 29, de outro número de serventes e todas entrando com recurso e recebendo a sua indenização.

Quando falo é também em defesa do Estado, porque se todas estas serventes agirem da mesma forma como estão agindo na cidade de Ponta Grossa, não sei se teria do Estado condições de indenizar a todas.

Estas serventes que recebem por 5 horas e meia trabalhando em municípios em que um inspetor de alunos presta serviços na parte da manhã, da tarde e na parte da noite, fazendo 15 horas de expediente, recebem menos do que o salário mínimo.

O sr. Antonio Lopes Jr. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. disse muito bem e com muito acerto; neste instante defende não

apenas os interesses das serventes mas sobretudo, os interesses do Estado. Não faz muitos meses, S. Exa. o Sr. Secretário de Educação e Cultura esteve nesta Casa por solicitação de Comissão Técnica, e disse perante a Comissão que estava sendo estudado o problema, e que possivelmente, paritaria para um quadro da OLT.

Se a Secretaria de Educação e Cultura tomasse a iniciativa de elaborar este quadro pela OLT, ninguém, nem professores nem serventes ingressariam em Juízo reclamando qualquer coisa do passado, porque o que desajam é apenas justiça.

Então V. Exa. age com muito acerto, levantando o problema que é mais do interesse do Estado do que das próprias serventes. Era o aparte.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço o aparte feito pelo nobre Deputado Antonio Lopes Jr. que só veio valorizar o pronunciamento que faço nesta tarde. Mas Sr. Deputado, na mesma situação se encontram também os professores suplementaristas; muitos deles, trabalhando há quase vinte anos no Estado, não contribuem para qualquer Instituto, cada vez agravando-se mais a situação. E é preciso que se solucione com urgência. É o motivo pelo qual, formulei apelo a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, para que determine e faça a designação de uma pessoa, para que no Ministério do Trabalho, receba as informações necessárias e solucione de uma vez por todas, dando o atendimento que estas serventes, inspetores de alunos e também suplementaristas realmente merecem. O Requerimento que vou apresentar, está vasado nos seguintes termos: (Lendo):

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza, veemente apelo no sentido de que seja determinado à Secretaria de Educação e Cultura, o pagamento das férias de julho das serventes vinculadas àquela Secretaria de Estado, assim como solucionar a respectiva contribuição para com a Previdência Social.

Tal determinação Senhor Presidente, além de se constituir numa medida de direito e altamente humanitária, dado o baixo nível salarial das serventes em questão, viria, sem dúvida, poupar ao Estado prejuízos financeiros e um sem número de medidas burocráticas de vez que, invariavelmente, a Justiça do Trabalho tem dado ganho de causa àquelas serventes que intentaram fazer valer através de medidas judiciais, os seus direitos.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1972.

(a) — Gilberto Carvalho".

Era, só, sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, sr. Deputado Antonio Lopes Junior.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Está em visita a esta Casa, uma representação do Grupo Escolar Ermelino de Leão, do Bairro da Boa Vista. Ali está a representação composta de crianças, que envergam o uniforme da Cruz Vermelha. E este uniforme, sr. Presidente, srs. Deputados, não é apenas um símbolo mas traduz uma realidade. E isto nos dá motivo de grande satisfação, justamente neste instante em que iniciamos a comemoração da "Semana da Bíblia".

A Bíblia é um livro da verdade; é o livro da orientação de vida para o homem que lhe dá o endereço. Se há muita perturbação neste mundo agitado é justamente porque o homem moderno perdeu o interesse por Deus. Talvez com uma campanha difusora para que o homem leia mais e se compenetre dos dizeres da Bíblia, possamos retornar ao endereço que perdemos. E aqui está o exemplo. Não basta falar, não basta dizer que o maior de todos os discursos é o exemplo. E o Grupo Escolar Ermelino de Leão, no Bairro da Boa Vista dá o exemplo magnífico.

Aqui estão estas crianças envergando este uniforme. Eles dão, todos os dias, plantão no grupo. Um plantão composto de 5 crianças que ministram os primeiros socorros; que atendem aqueles que os procuram, já acostumados ao trabalho, à diligência, à boa vontade, à cooperação destas crianças e destas professoras. Existe neste grupo um mini-ambulatorio. E o que é mais importante, apesar da idade, apesar do tamanho, estas crianças se impõem pela presença, dando aulas de higiene no bairro; dando aulas de higiene aos seus vizinhos. Este trabalho merece um registro especial na Assembléia Legislativa. Eles ajudam a cuidar do Grupo Escolar, onde estudam. Por isso, sejam estas palavras não apenas de registro da presença destas crianças que representam efetivamente o futuro da pátria mas também de louvor à Diretoria deste Estabelecimento, todo o Corpo docente; à Diretora, Professora Maria de Lourdes de Oliveira e à professora Maria Nazaré e à outra diligente mestra, que a acompanha, para que neste grupo vão se espelhar outros grupos, pelo trabalho destas professoras, que fazem mais do que aquilo que lhes pedem. Aqui é o que está o valor, justamente. Porque não é nada imposto; não é a Secretaria de Educação e Cultura que está impondo; são as próprias professoras, são as próprias crianças que tomam a iniciativa e, fiéis àquele pensamento divino de que os 10 Mandamentos da Lei de Deus, podem se resumir em apenas dois que são: — amar ao próximo como a nós mesmos e Amar a Deus. E amar ao próximo significa servir ao próximo; dar-se ao próximo. Isto estão fazendo estas crianças do Grupo Ermelino de Leão. As crianças, às professoras e à Diretora, os nossos parabéns.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Lopes Júnior, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 86-70, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o Ginásio Municipal de Carambei, no Município de Castro. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 86-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Ginásio Municipal de Carambei, no Município de Castro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.09.72.

aa) Cândido M. de Oliveira — Presidente

Basílio Zanusso — Relator e Gabriel Manoel

Redação Final — do Projeto de Lei n. 216-70, que autorizaz o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio em Telêmaco Borba, uma Escola Técnica de Comércio, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.09.72.

aa) Cândido M. de Oliveira

Basílio Zanusso — Relator

Gabriel Manoel

Redação Final — do Projeto de Lei n. 238-70, cria um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Maria, Município de Alto Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 238-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Maria, Município de Alto Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.09.72.

aa) Cândido M. de Oliveira — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Gabriel Manoel.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 110-71, que autoriza o Poder Executivo a isentar de impostos e taxas as entidades Assistenciais do Estado, que prestem, efetivamente, Assistência Social em todas as formas. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 110-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a isentar de impostos e taxas as Entidades Assistenciais existentes no Estado, que prestem, efetivamente, assistência social em todas as suas formas.

Parágrafo único — Dentro de 90 (noventa) dias, o Poder Executivo baixará ato regulamentando a presente Lei.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.09.72.

aa) Cândido M. de Oliveira — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Gabriel Manoel.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 207-71 cria uma Faculdade de Educação na sede do Município de Cornélio Procopio. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 207-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada a Faculdade de Educação, na sede do Município de Cornélio Procopio.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.09.72.

aa) Cândido M. de Oliveira — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Gabriel Manoel.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 16-72 declara de Utilidade Pública, a Santa Bárbara Associação Comunitária — SBAC, com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 16-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Santa Bárbara Associação Comunitária — SBAC, com sede no Jardim Santa Bárbara, nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.09.72.

aa) Cândido M. de Oliveira — Presidente

Basílio Zanusso — Relator e

Gabriel Manoel.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 34-72, declara de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância da cidade de Rancho Alegre. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 34-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Rancho Alegre, sediada na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 14.9.72.

aa) Cândido M. de Oliveira — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Gabriel Manoel

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 208-71, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, transfere à responsabilidade do D.E.R. a estrada que Liga Nova Prata no Município de Salto do Lontra, a Porto Pereira no Município de Capitão Leônidas Marques, passando por Nova Genebra e Linha Guarani. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 251-71, de autoria do Dep. Quilese Crisóstomo da Silva, autoriza o Poder Executivo construir através da S.V.O.P., um prédio para funcionamento do Ginásio de Adrianópolis e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 87-72, de autoria do Dep. João Fadel concede Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Dr. Alfredo Buzaid, DD. Ministro de Estado dos Negócios da Justiça da República Federativa do Brasil (anexo Projeto de Lei n. 90-72, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que trata de idêntica matéria). — Parecer favorável da C C J — EM REGIME DE URGENCIA — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 117-72, de autoria do Poder Executivo, — Mensagem n. 31-72 encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva doar à União, o imóvel de propriedade do Estado, sito a avenida 7 de setembro nesta Capital, onde se acha edificado o prédio sede da Escola Técnica Federal do Paraná. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado.**

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 1-72, de autoria do Dep. Maurício Fruet institui concurso destinado a divulgar a importância do Poder Legislativo no desenvolvimento do Estado do Paraná, e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 108-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 17-70, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre doação à Fundação "Casa do Estudante Universitário do Paraná", dos lotes n.ºs 6, 7, 8, 9, 10 e 17 em núcleo Cavoca, Município de Antonina. — Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.T.I.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 253-71, de autoria do Dep. Quilese Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo construir através dos órgãos próprios do Estado, uma Casa Escolar no Distrito Colonia Faria, Município de Colombo. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. —

C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 111-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 28-72, encaminhando anteprojeto de Lei que, objetiva conceder à Petrobrás — Petróleo Brasileiro S.A., isenção de pagamento do Imposto sobre transmissão de bens imóveis adquiridos com objetivo de instalar complexo industrial inerentes às suas finalidades. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 127-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 38-72, encaminhando anteprojeto de Lei que eleva vencimentos dos Cargos efetivos e em comissão e as funções gratificadas dos Quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, ainda, os do Tribunal de Contas e dos Integrantes da Polícia Militar do Estado. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. ao Projeto. — Emendas com Parecer Contrário da C.F. — Em Regime de Urgência. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para discutir). Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Sei perfeitamente que toda a argumentação que usamos por ocasião da apresentação de nossas emendas, e por ocasião também da discussão das mesmas neste Plenário, foram praticamente em vão. Porque estive sabendo, através do Exmo. Sr. Deputado João Mansur, Líder do Governo nesta Casa, que o Sr. Chefe do Poder Executivo não pode atender ao contido em nossas emendas, e nem à justa reivindicação do funcionalismo público estadual, alegando dificuldades do Tesouro, alegando ainda que o estudo foi precedido por uma Comissão da Secretaria do Governo, e que esses estudos ainda estão sendo feitos visando terminar com distorções existentes nas diversas carreiras do funcionalismo público estadual. E enquanto esses estudos não estiverem concluídos, o Governo não pode gastar mais com a sigla "funcionalismo". É lamentável que isto ocorra. E se por um lado damos razão ao Sr. Chefe do Executivo, — porque isto aqui é apenas o Poder Legislativo — e não conhecemos a real situação do Tesouro do Estado para dar cumprimento a diversos compromissos do Estado, em todos os setores (e suas atividades econômicas, nós lamentamos, profundamente, se por esse lado o Governo tenha razão; lamentamos profundamente, por outro lado, que não fosse atendido, não digo, a antecipação do aumento já que a Mensagem o propunha a partir de outubro e a emenda a partir de agosto. Já não chego a tanto, talvez o Governo não possa antecipar o aumento do funcionalismo, embora a isto esteja obrigado por força do que diz a justificativa, o introito da justificativa da Mensagem: "Em consonância com a política salarial determinada pelo Governo da União". No entanto, a Mensagem de S. Exa. o Sr. Governador não está seguindo essa determinação porque, se assim fosse, o aumento teria que ser a partir de 1.º de agosto e não a partir de 1.º de outubro. Talvez o Governo tenha suas razões devido as dificuldades do Tesouro, mas elas não nos convencem. O Poder Judiciário, Tribunal de Contas e etc. vão receber quase 25%. For que o funcionalismo público vai receber apenas 20%? É uma desigualdade gritante.

Quando se discutiu, no ano passado, a Proposta Orçamentária para 1973, quando o Governador de então dizia a todo o Paraná e a esta Casa que buscava a verdade orçamentária, por isso mesmo estimava a receita muito aquém do que deveria ser arrecadada, denunciávamos uma manobra solerte do Governador da época por enganar o povo e esta Casa. Sabemos perfeitamente que Haroldo Leon Peres não iria arrecadar apenas o que previa a Mensagem Orçamentária, iria arrecadar muito mais que isso porque o simples crescimento vegetativo do Estado, isso nos ensinou no passado e nos ensinava naquela oportunidade, seria da ordem de 20%. O Orçamento não poderia regredir na estimativa da receita, o que havia era uma grande malandragem

do Governador de então que iria aproveitar o excesso de arrecadação para fazer festival administrativo da FAMEPAR. No mesmo instante em que mandava a Mensagem Orçamentária, mandava outra Mensagem criando a FAMEPAR.

O Governador Parigot de Souza não pretende usar esse excesso sem controle, haja vista o que diz o Diário Oficial de 6a. feira, 15 de setembro de 1972, decreto 2.524, em que, S. Exa. o Governador Parigot de Souza está dando destino nobre ao excesso de arrecadação, e não como pretendia o ex-Governador que pensava utilizá-lo, através de manobras, para fins exclusivamente políticos e pessoais. O Governador Parigot de Souza está usando o excesso para finalidades, como já disse, nobres. Está aqui, através do decreto 2.524, transferindo um bilhão, 439 milhões de cruzeiros de excesso de arrecadação para o programa de integração e desenvolvimento de entidades sociais, com um sub-programa de assistência ao menor. É uma finalidade nobre, altruística, humana, porque até hoje poucos Governos têm se incomodado com o problema cada vez mais grave, do desamparo ao maior, do Estado do Paraná. E Sua Excelência, com uma atitude que muito o enobrece está usando o mesmo dinheiro, do Governo que foi deposto, para finalidades nobres.

Mas está aprovada a nossa tese, porque nesse Decreto ele suplementa a assistência ao menor.

E diz o artigo 2.º do referido decreto:

"Servirá como recurso para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do excesso de arrecadação apurado no corrente exercício financeiro".

Imaginem nobres Deputados e povo do Paraná — no mês de setembro já está fechado o orçamento, na sua previsão de receita, em setembro já existe excesso de arrecadação; ora, se existe excesso de arrecadação não custa dar mais 4,5% ao funcionalismo público do Estado. Por que dar somente para uma classe privilegiada de servidores? Para mim todos são servidores, Deputados são servidores, Desembargadores são servidores, faxineiros são servidores, os serventes são servidores do Estado, portanto não pode haver discrepância, não pode haver privilégios dentro da função pública. Se os membros do Poder Judiciário merecem 24,5%, os funcionários públicos do Estado também. Não digo que este aumento acompanhe a curva da desvalorização da moeda, da inflação, porque infelizmente, embora os esforços do Governo Federal, do Ministério da Fazenda e de todos os Ministérios, do Ministério do Planejamento e da Comissão Interministerial de Preços, que tem um papel preponderante na contenção da inflação, embora os esforços do Excelentíssimo Sr. Presidente Médici, não se pode negar que a inflação é na ordem de 20 a 22%. Isso de se dizer que inflação é na ordem de 11, 12 ou 15%, é conversa, é, isto sim, de 20 a 22% e o funcionalismo público está se descapitalizando cada vez mais.

Quero dizer ao nobre Líder e aos Srs. Deputados, que não estou fazendo este pronunciamento por demagogia, porque a minha atuação política não é na área funcional, estou fazendo isto por questão de justiça, porque, na forma e de acordo com a descapitalização não só do funcionário público mas de todo assalariado, então vamos gradativamente assistindo ao fim da classe média. O que acontece? Uns cada vez mais ricos e outros cada vez mais pobres!

Isso é que é preciso evitar. O Governo da República está procurando evitar e corrigir essa distorção que está se tornando alarmante em nosso País, mas, o que não é justo é que o Paraná que é um pedaço deste Brasil, não é justo que o seu Governador não compreenda esta disposição do Governo Federal através do Sr. Presidente Emílio Médici, que é um relógio, que, cronometricamente quando chegam os 12 meses o Presidente Médici reajusta os vencimentos do funcionalismo público da União, em igual índice verificado na desvalorização da moeda; quer dizer, então, o Governo da União vem procurando manter esse equilíbrio, ao servidor público da União. Agora, o Governo do Estado, é bem verdade que pegou a casa desarrumada, foi um período que o Paraná viveu, e do qual ninguém mais quer recordação. Foi um pesadelo que felizmente passou. O Governador está procurando equilibrar as finanças do Estado, procurando botar a casa em ordem, mas, não pode esquecer o homem, o servidor público, porque precisa dos esforços do funcionalismo, da colaboração do funcionário para levar a frente o seu plano de obras, levar a frente as suas metas, manter então o equilíbrio financeiro do Estado. Infelizmente, o funcionário público do Paraná do Poder Legislativo e Poder Executivo e outros funcionários, estão se descapitalizando. O próprio funcionário municipal de Curitiba está hoje com níveis ligeiramente superiores aos do funcionário do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário mas, para surpresa minha, foi-me entregue um recorte de um jornal catarinense, "O ESTADO"; até a Prefeitura de Florianópolis paga muito mais do que o Governo do Estado, aos seus funcionários.

E que aqui o nível 28 é mil e duzentos e quebrado. Lá em Santa Catarina 2.320,00 na Prefeitura de Florianópolis, quer dizer, quase o dobro.

Não é que lá estejam pagando mais, é que lá estão encarando realisticamente o problema econômico do País. E aqui, infelizmente, nós ainda estamos na base de "não dá muito porque isto já é bastante. Ele não merece". O funcionário não é bom, então demite, manda para casa, mas o que está trabalhando tem que receber. Infelizmente não adianta mais gastar palavras.

A função do Líder é espinhosa, talvez o Deputado João Mansur intimamente, talvez não, sei que intimamente ele está me dando razão, mas é Líder do Governo, não pode fazer nada. A minha emenda vai cair, a Casa não vai aprovar, mas fica aqui o registro de dois fatos, primeiro que a situação do Estado do Paraná é boa. Em setembro estamos caminhando para um superávit na arrecadação. A situação é boa e em segundo lugar fica pelo menos o registro de que alguns dos Srs. Deputados, todos os Srs. Deputados, e foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, têm o desejo de atender ao conteúdo daquelas emendas, mas a política tem meandros que ninguém pode avaliar, a não ser aqueles que nela militam. Quer dizer, o Governo precisa ser maioria sólida para conseguir muitas vezes recursos para obras de infra-estrutura e o Governo, baseado às vezes nesta maioria, comanda de uma forma que não agrada os Srs. Deputados, mas que, por uma questão de ética, coerência e fidelidade partidária, que aliás é lei, são obrigados a votar, às vezes, contra a sua vontade. Portanto, não estou culpando ninguém. Eu vou votar, com fidelidade ou sem fidelidade, pela minha emenda, porque acho que não é emenda demagógica. Visa apenas corrigir uma injustiça do Governo. — (Sem revisão do orador).

O SR. JOÃO MANSUR — Pego a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós ocupamos a Tribuna neste instante mais por um dever de justiça, porque ouvimos o pronunciamento do nobre Deputado Erondy Silvério. Ele mesmo colocou

muito bem o problema em reconhecendo que as suas emendas não terão o apoio da Casa, como explicou as razões. Desnecessário seria que ocupássemos esta Tribuna para tecer comentários sobre este mesmo assunto, mas o faço por um dever de justiça e para fazer um apelo ao Sr. Deputado Erondy Silvério. Disse bem ele que toda esta Casa estava, está e continuará preocupada por problema de vencimentos do funcionalismo público do nosso Estado e mais que isto o próprio Governador do Estado. O Deputado Erondy Silvério cumpriu com o seu dever. Apresentou as emendas e nós, na qualidade de Líder do Governo retiramos o Projeto de pauta a fim de manter um diálogo com o Sr. Governador, no sentido de verificar a possibilidade de atendimento àquelas emendas.

E o nobre Deputado Erondy Silvério foi além, marcou uma audiência com o Sr. Governador do Estado e levou pessoalmente o problema, e ouviu o Sr. Governador os argumentos que não sei se o convenceram, mas a verdade, tenho certeza, o Deputado Erondy Silvério ao cumprir com esta obrigação, sentiu no Líder do Governo a sua preocupação, quando analisava o problema, reconhecendo o baixo nível de vencimentos numa das classes mais importantes do nosso funcionalismo que é a classe que mantém a segurança, a paz e a tranquilidade da população que é a Polícia Civil.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Aliás, agradeço a V. Exa. a concessão deste aparte, em que V. Exa. me dá assim a oportunidade de corrigir uma injustiça.

Realmente, eu esqueci de fazer menção a este encontro que mantive em companhia de V. Exa. com Governador Parigot de Souza. Quando senti em S. Exa. a sua preocupação principalmente com a Polícia Civil, com a crescente onde de assaltos e crimes verificados na nossa Capital. E a Polícia Civil totalmente desparelhada, não tem condições eficazes de enfrentar os criminosos. Mas o que mais me impressionou em S. Exa. e esta Casa deve em uníssono apoiá-lo, é a questão dos recibos do Estado. Uma das grandes preocupações que o Sr. Governador demonstrou foi a efetivação destes funcionários que não têm uma situação definida dentro do Estado. Não têm assistência médica do IPE porque para este Instituto não contribuem. Não têm assistência médica do INPS porque também lá não contribuem. Estão numa situação anômala, e o problema precisa ser resolvido urgentemente.

E o Sr. Governador demonstra preocupação. Se ele fizer só isto ao funcionalismo já é uma grande coisa. Porque são mais de cinco mil pessoas no Estado que se encontram nesta situação.

E nesse aparte, quero também fazer justiça a esta preocupação do Sr. Governador Parigot de Souza, em resolver o problema do funcionalismo, embora não possa fazer desta feita, através da Mensagem, mas tenho a certeza nos estudos que se procede na Secretaria do Governo, algo de bom há de vir para o funcionalismo.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte de V. Exa. que vem de encontro com aquilo que temos afirmado, e talvez o nobre Deputado Erondy Silvério esqueceu ainda de um detalhe nessa preocupação dos recibos, quando o Sr. Governador do Estado diz que tem uma audiência marcada com o Sr. Ministro do Trabalho no final deste mês, para acertar a situação dos recolhimentos. Porque se estes recibos foram contratados através da CLT, o recolhimento teria que ser através do INPS. Mas a preocupação do Estado, do Governo é também em relação ao IPE que é um órgão do Estado e do funcionalismo. E o esvaziamento do IPE, que amanhã ou depois, não terá mais condições de dar atendimento cuja finalidade, é sua, é própria.

Então, o Sr. Governador tem uma audiência marcada com o Sr. Ministro do Trabalho, para dirimir de vez, estas dúvidas, com relação aos recibos. De modo que o nobre Deputado Erondy Silvério, foi testemunha e sentiu a preocupação do Sr. Governador. E esta Comissão que está estudando a tese que é a seguinte:

Não podemos corrigir parceladamente, porque nele se reconhece uma série de erros, uma série de injustiça nos vencimentos do funcionalismo.

Então estamos procedendo a um estudo global, e acreditamos na sinceridade de propósitos do Sr. Governador, porque ele tem demonstrado que tudo que prometeu, tem cumprido.

De modo, que é o apelo que faço ao nobre Deputado Erondy Silvério, para que nos ajude, porque se não tivermos esta Mensagem votada esta semana, nem os 20%, o funcionalismo terá condições de receber, porque não haverá tempo de fazer a implantação nas folhas.

Faço este apelo ao nobre Deputado, porque mesmo votando contra as suas próprias emendas, estará cumprindo com a sua obrigação, fazendo ao funcionalismo do Estado este grande favor, que é um direito, e que todos nós pretendemos, para que a Mensagem seja aprovada até amanhã, a fim de que possa S. Exa. o Sr. Governador, sancioná-la e assim, proceder-se à implantação nas folhas.

Quero na oportunidade, assumir um compromisso com a Casa, dizendo que tudo farei, para que junto da Comissão que está procedendo a estes estudos globais da situação do funcionalismo, seja esta Casa ouvida também, através de uma Comissão de Deputados, para que os Srs. Deputados que aqui têm defendido o Governo, têm dado ao Governo toda aquelas leis necessárias para que ele possa fazer a sua programação administrativa, que também eles sejam ouvidos, para que deem a sua contribuição em favor não só do funcionalismo, como do próprio Governo do Estado. Assim, apelo ao Deputado Erondy Silvério e a toda Bancada, a fim de que possamos, já que não podemos dar mais, pelo menos dar esses 20 por cento de aumento ao funcionalismo público do Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Projeto de Lei n. 127-72. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem). V. Exa. está colocando em votação o Projeto de Lei n. 127-72?

O SR. PRESIDENTE — A respeito desse Projeto gostaria de ler o artigo 34 da Constituição Estadual, que no seu parágrafo 2.º diz: — "Os Projetos de Lei referidos neste artigo — que é o caso, somente receberão Emendas nas Comissões da Assembleia Legislativa, sendo final o pronunciamento das Comissões; salvo de 1/3 dos membros da Assembleia Legislativa requerer a votação em Plenário de Emenda aprovada ou rejeitada".

Neste caso, a Presidência louvando-se neste dispositivo constitucional, colocará em votação tão somente o Projeto de Lei, considerando rejeitadas as Emendas, se aprovado o Projeto de Lei, de acordo com a elaboração oriunda da Mensagem Governamental.

Está em votação o Projeto de Lei n. 127-72. — Aprovado.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 58-71, de autoria do Dep. Antonio L. Júnior, dispõe sobre a credenciação, pelo "DETRAN" de Entidades para realizar exames Psicotécnicos. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.P. —

Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 58-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O Departamento de Trânsito credenciará profissionais e entidades especializados, para a realização de exames psicotécnicos.

Art. 2.º — A credenciação obedecerá a processo, desenvolvido perante o Departamento de Trânsito, em que se provem os seguintes requisitos:

- I — registro na Saúde Pública;
- II — inscrição na entidade ou associação de classe;
- III — quitação com as fazendas públicas, dos tributos específicos;
- IV — idoneidade científica; e
- V — tabela de preços devidamente aprovada pela autoridade competente; e
- VI — identificação completa dos responsáveis e dirigentes.

Parágrafo Único — O requisito estabelecido n.º IV, deste artigo, será comprovado mediante a apresentação do diploma do responsável, devidamente registrado.

Art. 3.º — A perda, por qualquer motivo, de um dos requisitos do artigo anterior, implica em cassação "ex-officio" da credencial, de cujo ato o Diretor do Departamento de Trânsito dará publicidade.

Parágrafo Único — A obtenção de nova credencial dependerá de processo que somente poderá ser iniciado após um (1) ano da cassação da credencial original.

Art. 4.º — O Poder Executivo regulamentará, dentro em trinta (30) dias, contados da publicação desta Lei, as disposições normativas estabelecidas.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1971.

JUSTIFICAÇÃO

Sabe-se que o DETRAN, somente em Curitiba, expede cerca de meia centena de carteiras de motorista por dia.

Esta quantidade dá bem a idéia do total de Cartas expedidas para todo o Estado.

Sabe-se, também que se exige hoje, muito oportunamente, aliás, o exame psicotécnico como requisito prévio para a obtenção da referida autorização.

Ora, os estabelecimentos oficiais especializados são insuficientes para atender à imensa demanda de exames psicotécnicos, não sendo conveniente, por outro lado, o Detran receber laudos de fontes particulares, sem os devidos cuidados que a importância e a delicadeza da matéria reclamam.

Essa é razão fundamental do Projeto. Em consequência, abrir-se-á um campo de trabalho a entidades e profissionais especializados e proporcionar as partes interessadas maiores facilidades na coleta dos requisitos da Lei e, finalmente proporcionar ao Detran maior dinamismo no processamento das Carteiras de Habilitação de Motorista.

Por todos estes títulos, justo é contar como assegurada a anuência da totalidade da representação popular, integrante deste Poder.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 58-71

AUTOR: Dep. Antonio Lopes Junior

SUMULA: Dispõe sobre a credenciação, pelo Detran, de entidades para realizar exames psicotécnicos.

PARECER

1) — Com o presente projeto visa, seu ilustre subscritor, estabelecer normas reguladoras da credenciação, pelo Departamento de Trânsito, de entidades e profissionais especializados, para a realização de exames psicotécnicos.

É que tal exame é exigido atualmente, para os candidatos a carteira de motorista.

2) — Entendemos muito oportuno a proposta de lei ora examinada.

E não é óbice para sua aprovação o recente convênio firmado pelo Departamento de Trânsito com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica do Paraná (D. O. 14.VI.1971), para a realização dos referidos exames.

Trata-se de um caso concreto de credenciação.

O projeto estabelece normas genéricas para a admissibilidade das credenciações.

3) — Sob o aspecto legal, igualmente inatacável o projeto.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Arthur de Souza — Relator

Igo Losso

Muggiati Filho

Cândido Martins de Oliveira

Sebastião R. Júnior

Comissão de Polícia

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 58-71.

1) — A iniciativa do eminente Deputado Antonio Lopes Júnior, dispõe sobre a credenciação, pelo Departamento de Trânsito, de profissionais e entidades especializados, para a realização de exames psicotécnicos.

II) — A douta Comissão de Justiça já se manifestou favoravelmente pelo voto do ilustre Deputado Arthur de Souza, relator da matéria, que foi unanimemente acompanhado.

III) — Sem dúvida alguma, das mais louváveis esta iniciativa, que como bem diz a sua justificativa, proporcionará "as partes interessadas maiores facilidades na coleta dos requisitos da Lei e finalmente proporcionar ao Detran maior dinamismo no processamento das Carteiras de Habilitação de Motoristas".

IV) — Assim sendo, somos pela aprovação do Projeto em tela.

Sala das Comissões, em 29 de maio de 1972.

aa) Aginaldo Pereira Lima — Presidente

Antonio Belinati — Relator

Paulo Poli

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 130-71, de autoria do Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Município de Quitandinha, para funcionar no ano letivo de 1972. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — COM EMENDA. — Aprovado.

DECRETA:

PROJETO DE LEI N. 130-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA::

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual, no Município de Quitandinha, para funcionar a partir do próximo ano. (1972).

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1971.

a) Dep. Leopoldo Jacomel.

JUSTIFICATIVA:

A laboriosa população do Município de Quitandinha, composta na sua grande maioria de lavradores, não conta até o momento com um estabelecimento de ensino de grau médio.

Para a educação de seus filhos em tempo de cursar o ginásio, aquela população se vê obrigada a onerar enormemente o seu orçamento doméstico, enviando-os a Rio Negro ou a esta Capital.

Para uma população com poucos recursos, nada mais justo que o Estado lhe proporcione meios mínimos indispensáveis, para atender as necessidades escolares de seus filhos.

Por esta razão, apresentamos o presente plano de lei, esperando que nossos ilustres Pares lhe de o necessário apoio.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 130-71

AUTOR: Dep. Leopoldo Jacomel

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Quitandinha, um Ginásio Estadual, na forma que especifica.

PARECER

1) — A iniciativa em tela foi elaborada nos termos preconizados pelo art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Trata-se, como é bom de ver, de simples autorização legislativa. Por outra parte, referida Proposição não apresenta qualquer óbice de ordem constitucional e legal.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos, plenamente, a justificativa de seu ilustre autor.

3) — Em face das Comissões, somos pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 4 de novembro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Emílio Carazzai

Igo Losso

Gilberto Carvalho

Arthur de Souza

Sebastião R. Junior

Comissão de Finanças

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 130-71

O caráter meramente autorizatório dá, ao presente Projeto de Lei, condições de aprovação por não ferir princípios de ordem financeira.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1971.

aa) Leopoldo Jacomel — Presidente

Santos Lima — Relator

Ovidio Franzoni

Gabriel Manoel

Comissão de Instrução Pública

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 130-71

A justificativa do nobre autor da presente proposição nos convence da necessidade da criação de mais um Ginásio no interior do Estado.

Assim, acompanhamos os respeitáveis pronunciamentos da Douta Comissão de Constituição e Justiça e da Douta Comissão de Finanças, opinamos pela sua aprovação com a Emenda Modificada que anexo oferecemos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) Antonio Lopes Júnior — Presidente

Arizone Araujo — Relator

Cândido Martins de Oliveira

Gabriel Manoel

Pinto Dias

EMENDA SUBSTITUTIVA

AO PROJETO DE LEI N. 130-71

No art. 1.º, onde se lê:

"para funcionar a partir próximo ano (1972)"

LEIA-SE:

"para funcionar a partir do próximo ano letivo"

Sala das Comissões, em

PRESIDENTE

RELATOR

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 263-71, de autoria do Dep. Quilse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo proceder através do D.E.R., retificação do trecho de estrada que liga Tunas a Cerro Azul. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 263-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, através do D.E.R., a retificação do trecho de estrada que liga Tunas a Cerro Azul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de novembro de 1971.

a) Quilse Crisóstomo da Silva — Deputado

JUSTIFICATIVA:

Atualmente a estrada que liga Tunas à sede do Município de Cerro Azul, atravessa uma região montanhosa e, é por isso mesmo cheia de

curvas que oferecem perigos constantes aqueles que por ela trafegam.
Com este projeto de Lei, pretendemos a retificação do referido trecho dando assim maiores condições de segurança para aqueles que dela se utilizam.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 263-71

AUTOR: Deputado Quielise Crisóstomo da Silva

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a retificar a estrada que liga Tunas a Cerro Azul.

PARECER

1.) Com o presente plano de lei, pretende o nobre Deputado autorizar o Poder Executivo a proceder através do Departamento de Estradas de Rodagem, a retificação do trecho de estrada que liga Tunas a Cerro Azul.

2.) — A justificativa que acompanha a proposição nos convence de sua oportunidade. Não havendo qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que se lhe anteponha, opinamos pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Cândido M. de Oliveira — Relator

Ovidio Franzoni

Maurício Fruet

Luiz R. Soares.

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N. 263-71

PARECER

1.) — O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a proceder a retificação do trecho de estrada que liga Tunas a Cerro Azul.

2.) — Sobre a matéria a douda Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente.

3.) — Quanto ao aspecto financeiro nada temos a opor, pelo que nosso parecer é pela aprovação do projeto.

É o que nos parece, s.m.j.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

Antonio Belinati — Relator

Odilon Reinhardt

Antonio Lopes Júnior

João Fadel.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

PROJETO DE LEI N. 263-71

PARECER

De iniciativa do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, o Projeto de Lei em exame autoriza o Poder Executivo a proceder através do D.E.R., a retificação do trecho de estrada que liga Tunas a Cerro Azul. Trata-se da autorização Legislativa, que o Poder Executivo utilizará se vier de encontro aos interesses do Estado, nestas condições, nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1972

aa) Borsari Netto — Presidente

Lázaro Dumont — Relator

Hélio Manfrinato

Gabriel Manoel

Xenofonte Villanueva

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 99-72, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo criar a Universidade Estadual da Cidade de Jacarezinho e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. C.I.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 99-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Estadual de Jacarezinho, como resultante da incorporação e congregação de estabelecimentos isolados de Ensino Superior, mantidos direta ou indiretamente pelo Estado na referida cidade.

§ 1.º — O estabelecimento de ensino de que trata este artigo será organizado como fundação de direito público e de conformidade com as prescrições das legislações federal, estadual e desta Lei.

§ 2.º — A denominação oficial da entidade será a do estabelecimento de ensino, antecedido da designação Fundação.

§ 3.º — Concomitantemente com o ato de criação o Poder Executivo decretará a extinção da personalidade individual ou autônoma de sua entidade mantenedora e, se for o caso, de cada estabelecimento de ensino incorporado ou congregado.

Art. 2.º — A entidade terá personalidade jurídica própria, a partir do ato legal de posse do Reitor da Universidade, e gozará de autonomia didático-científica, administrativa e financeira, a qual será exercida na forma da lei e dos estatutos.

Art. 3.º — O Estado designará bens livres e suficientes para a instituição do fundo a personalizar, bem assim fixará recursos financeiros globais na Lei Geral do Orçamento do Estado; aqueles para formação do patrimônio básico, este para receita essencial de manutenção da entidade.

Art. 4.º — O Pessoal Docente da entidade será organizado e regido pelas normas das legislações federal, estadual e desta Lei.

Art. 5.º — Todo o pessoal da entidade será contratado de acordo com a legislação trabalhista, fixando os contratos, em cada caso, o regime de trabalho, sua duração, a forma e o montante da remuneração.

Parágrafo único — Na hipótese de a entidade servir-se de funcionários da administração pública direta deverão estes submeter-se integralmente ao regime de trabalho da entidade.

Art. 6.º — A Universidade e demais estabelecimentos de Ensino Superior prestarão contas, nos prazos e forma exigidos pela contabilidade pública, perante o órgão próprio do Estado.

Art. 7.º — O patrimônio inicial da entidade, afora os que o Estado houver por bem destinar se constituirá:

a — dos imóveis, móveis, equipamentos e instalações dos estabelecimentos

incorporados ou congregados, bem assim todos os bens pertencentes à instituição mantenedora, em gozo ou não de personalidade jurídica própria criada pelo Estado;

b) — dos saldos dos exercícios financeiros dos estabelecimentos incorporados ou congregados e os da respectiva entidade mantenedora;

c) — dos auxílios, doações legados outros, oriundos de pessoas naturais ou entidades públicas ou privadas, relativos aos estabelecimentos incorporados ou congregados e a instituições mantenedoras.

Art. 8.º — A receita da entidade se constituirá:

a) — dos recursos financeiros globais, para manutenção e desenvolvimento da entidade, fixado em orçamento anual do Estado;

b) — auxílio e doações dos municípios ou quaisquer outras pessoas;

c) — das rendas patrimoniais;

d) — dos rendimentos de serviços prestados;

e) — da contribuição escolar.

Art. 9.º — Os recursos obtidos de anuidades pagas pelos estudantes regulares, bem como a restituição do valor das bolsas na forma da recomendação constitucional, serão utilizados prioritariamente para assegurar bolsas a alunos de recursos menores ou insuficientes.

Parágrafo único — Os recursos provenientes das taxas assistenciais reverterão para esses mesmos fins.

Art. 10 — Para proceder às medidas preliminares de incorporação ou congregação, será constituída uma Comissão instituidora, composta de dois (2) membros representantes da congregação de cada um dos estabelecimentos de ensino interessados, à qual competirá:

I — elaborar, no prazo de trinta (30) dias, o anteprojeto de estatutos da entidade e submetê-lo à aprovação, em caráter intemporal, ao Chefe do Poder Executivo;

II — eleger os nomes que comporão a lista sextupla, a ser submetida ao Chefe do Poder Executivo, para nomeação do Reitor e do Vice-Reitor;

III — praticar os atos necessários ao seu desempenho e os que lhes forem solicitados pelo Poder Executivo.

§ 1.º — O anteprojeto de estatutos aprovado em caráter intertemporal será publicado no Diário Oficial do Estado, e pelas suas disposições se estabelecerão os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades civis, até sua final aprovação em definitivo pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2.º — A lista referida no item II deste artigo será apresentada dentro de quinze (15) dias contados da publicação dos estatutos mencionada no parágrafo primeiro.

Art. 11 — Nomeado e empossado o Reitor, fará este as gestões necessárias à preparação do processo de pedido de autorização ou reconhecimento da entidade, ao Presidente da República, na forma da Lei.

Parágrafo único — Empossado o Reitor, extinguir-se-á, automaticamente, a Comissão Instituidora.

Art. 12 — Concedida a autorização ou reconhecimento pelo Governo Federal, serão os estatutos respectivos aprovados, em caráter definitivo pelo Chefe do Poder Executivo, ao qual competirá fixar a data da instalação solene da entidade.

Art. 13 — O ato legal de criação e instituição da entidade conterá entre outros peculiares a organização, funcionamento, cronograma de implantação, os seguintes elementos:

I — a denominação oficial da entidade;

II — a declaração de sua forma de fundação e de sua natureza de pessoa jurídica de direito público, com personalidade e capacidade jurídica próprias;

III — a declaração de gozo de autonomia didático-científica, administrativa e financeira, nos termos da lei e dos estatutos;

IV — a designação do patrimônio a personalizar;

V — a declaração da extinção das entidades a que se refere o parágrafo terceiro do artigo primeiro desta Lei;

VI — a nomeação dos membros integrantes da Comissão Instituidora e de seu Presidente.

Art. 14 — Tendo em vista suas finalidades e o caráter de utilidade nacional, a entidade entrará em entendimento com os municípios e instituições interessadas no distrito geo-educacional respectivo, a fim de obter auxílios, regalias e facilidades fiscais, e outras formas de cooperação.

Art. 15 — Ficam ressalvados os direitos adquiridos de todo pessoal pertencente aos estabelecimentos de ensino incorporados ou congregados.

Art. 16 — Para os efeitos da criação da Universidade fica autorizado o Poder Executivo a extinguir por decreto o cargo, função ou emprego de diretor de estabelecimento de ensino superior e substituí-lo por Coordenador, até aprovação definitiva dos Estatutos da Universidade.

Art. 17 — No órgão colegiado deliberativo de maior relevância da Universidade haverá um representante do Estado, com direito a voto, designado pelo Secretário da Educação e Cultura.

Art. 18 — As entidades declaradas extintas, nos termos do parágrafo terceiro do artigo primeiro desta Lei, serão dissolvidas e liquidadas na forma e para os fins legais, sob a orientação do Reitor da entidade incorporadora ou congregadora respectiva.

Art. 19 — Em todo o período de transição do regime de estabelecimentos de ensino isolados para o de Universidade observar-se-á:

I — nenhuma alteração se fará no vigente processo de provisão de recursos financeiros a cada um dos estabelecimentos incorporados ou interessados, até que a implantação do processo seguinte garanta normalidade no cumprimento das obrigações financeiras;

II — não se interromperá a atividade letiva de qualquer dos estabelecimentos de ensino interessados.

Art. 20 — Ficam criados no Quadro do Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura um (1) cargo em comissão símbolo L-C/ de Reitor da Universidade, e dois (2) cargos de Secretário Geral da Universidade, símbolo 4-C.

Parágrafo único — Os cargos de que trata este artigo, extinguem-se automaticamente com a aprovação definitiva dos Estatutos pelo Governo Federal.

Art. 21 — O orçamento da Universidade entrará no Orçamento Geral do Estado como órgão de execução delegada da Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura.

Art. 22 — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria da Educação e Cultura, no corrente exercício, um crédito especial de trezentos

mil cruzeiros (Cr\$ 300.000,00), destinados a cobrir as despesas com a execução da presente Lei.

Art. 23 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em
a) Deputado Wilson Fortes.

JUSTIFICATIVA:

Disse o Ministro Jarbas Passarinho, falando aos formandos da Escola de Engenharia, em Lins, no dia 22 de dezembro de 1971:

“Em primeiro lugar, é preciso considerar que neste País, crescendo como está, não é justo manter as Capitais de Estados como detentores do monopólio das escolas de Ensino Superior. A interiorização da Escola Superior é uma necessidade”.

Nas doulas palavras do Ministro, a assertiva de que o Governo ve com entusiasmo a interiorização do Ensino Superior, pois a descentralização das oportunidades constitui uma das maiores conquistas da Educação no Brasil.

Fundamental ao desenvolvimento, a Educação eleva a produtividade do homem e a sua capacidade criadora, especialmente no que se refere às qualificações indispensáveis ao trabalho nos vários setores da comunidade.

A humanização da ordem econômica, tal como deve ser implantada, está fundamentalmente ligada à difusão do Ensino.

Incontestável é a doutrina de que não se reduzirão, em medida razoável, as disparidades sociais sem se facultar a todos igual acesso às fontes de educação.

Educar para o desenvolvimento, esse o imperativo que impulsiona as aspirações educacionais orientadas para a utilidade nacional.

A humanização com que se sonha, a educação com que se pretende alcançar as metas do desenvolvimento, enraizam-se na Universidade.

A Universidade busca realizações educativas pela sedimentação e aperfeiçoamento cultural, pesquisa e novas direções previstas ou desejadas tanto para o pensamento como para a ação. Procura atender e satisfazer às exigências da personalidade humana, e ir além da simples continuidade de grupos sociais ou mesmo de nacionalidade.

Dai, as missões da Universidade:

1. transmitir o saber, desenvolvendo aptidões;
2. difundir a cultura;
3. prestar serviços à comunidade e informar e formar a opinião pública.

A Universidade contribui para o desenvolvimento em três itens principais:

1. formação de técnicos;
2. promoção de pesquisas;
3. solução de problemas comunitários.

II

O Governo do Estado, porque tanto tenha compreendido a missão e contribuição da Universidade, dotou o Estado de mais três Universidades: Ponta Grossa, Londrina e Maringá.

Não se ateuve, talvez, num estudo mais acurado na apreciação das regiões geo-educacionais. Se atetasse para tal detalhe, teria criado mais Universidades e teria feito do Paraná o Estado melhor integrado educacionalmente.

Evidente a realidade, quando se sabe que algumas regiões, pelo menos duas, ficaram sem uma Universidade: Jacarezinho, no Norte-Pioneiro, e Cascavel no Sudoeste.

Região geo-educacional, o Norte-Pioneiro já demonstrou e provou que todas as iniciativas educacionais implantadas no seu Ensino, frutificaram extraordinariamente.

O Ensino Superior, no Norte-Pioneiro, apresenta, hoje, uma alentadora visão de suas reais possibilidades, com o funcionamento de cinco Faculdades:

1. **Jacarezinho**
Fundação Estadual Faculdade de Educação Física
Fundação Estadual Faculdades de Direito
Fundação Estadual Faculdades de Filosofia
2. **Cornélio Procópio**
Fundação Estadual Faculdade de Filosofia
3. **Bandeirantes**
Escola Superior de Agronomia.

O Norte-Pioneiro, portanto, já se apresenta com características Universitárias.

III

O Poder Público, no caso o Governo do Estado do Paraná, cumprindo missão de seu dever e de sua competência, deve instituir a Fundação Universidade Estadual de Jacarezinho, contribuindo, assim, de modo decisivo, para a solução definitiva da política educacional.

De uma vez por todas, dever-se-ia considerar o investimento na Educação como a prioridade absoluta do Brasil. A ação governamental, estadual ou federal, está assaz motivada com a criação das Universidades de Ponta Grossa, Londrina e Maringá, no âmbito estadual, e na liberação permissiva do Governo Federal, autorizando o funcionamento de Cursos Superiores em todo o Brasil.

O Governo, porque lhe compete, assume o papel que lhe cabe na formulação e execução de uma política global e orgânica do Ensino Superior. Esses os princípios fundamentais da Lei de Diretrizes e Bases, inspirados na filosofia de Educação exposta na Constituição Brasileira.

Resulta, pois, como consequência, que a experiência mostra a necessidade de se acelerar a expansão do Ensino Superior, de tal maneira que o leve a todos os centros, Capital e Interior, com o que se estará provando que a Educação é mesmo direito de todos e que, somente assim, se estará objetivando, realmente, a integração e a integralização da personalidade, além de se garantir, a todos, oportunidades iguais. E oportunidades iguais, somente se acessível for, a todos, o benefício da cultura e se houver incentivo, difusão e extensão da cultura em todos os seus aspectos, em todos centros, em todas as regiões.

E tanto tem o Governo do Estado do Paraná compreendido que só assim deve e pode ser, que está estendendo a cultura a todos os centros e a todas as regiões, oferecendo oportunidades iguais, assegurando ao jovem a oportunidade de optar pela Faculdade que assegure um curso que lhe atenda a vocação e que seja possível ante suas possibilidades financeiras.

A criação das Universidades de Ponta Grossa, Londrina e Maringá é a resposta do Poder Público aos anseios das comunidades do Interior, buscando

do a solução que ponha cobro à inquietação generalizada que se verifica no Brasil, proposta pela antítese das exiguas oportunidades ante o elevado número de estudantes que aspiram a um Curso Superior.

O Poder Público, desta forma, almina os fatores que mais limitam as oportunidades, inclusive o ônus direto e indireto de uma educação universitária, ao qual se subordinam os rendimentos dos pais ante a obtenção de tal Educação, ainda que se não considere a capacidade intelectual.

Urge se ofereça a Educação a todos os setores da população, ou pelo Poder Público ou pelas Fundações, Autarquias e Associações.

Evidente, para todos, que o Estado do Paraná, em seu desenvolvimento atual, não pode conter o anseio dos jovens na estreiteza de um compartimento que lhes tolha o direito de opção por falta de recursos, por falta de oportunidades.

Além disso, notória e definida a Política Educacional Brasileira, com o rompimento dos compartimentos estanques que obstruíam sua expansão, para a abertura dos horizontes educacionais, com Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, autorizando cursos e mais cursos, na destemida resolução de atender, definitivamente, aos interesses educacionais, solucionando o angustiante problema dos impasses na Educação.

Jacarezinho, inconteste centro-polarizador do Norte-Pioneiro, região geo-educacional, é a cidade ideal para a difusão do Ensino Superior, conta, já, com três Faculdades, em regime de Fundação, e a convergência estudantil já cabalmente demonstrada é a prova definitiva do acerto de sua localização.

Centro de irradiação pedagógica para a orientação e avaliação do Ensino de 1.º e 2.º graus, Jacarezinho é a cidade pioneira da Reforma, a quem competirá difundir e implantar a Reforma do Ensino em todo o Norte-Pioneiro, por sua importância no cenário educacional, com cinco Faculdades instaladas e em franca atividades, por sua relevância como região geo-educacional, como centro piloto da Implantação do Ensino de 1.º e 2.º graus, por tudo, enfim, comporta uma Universidade, com sede em Jacarezinho.

Essas são as razões que determinaram a apresentação deste projeto, que ora propomos ao estudo e deliberação dos nobres pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 99-72

AUTOR: Deputado Wilson Fortes

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo criar a Universidade Estadual de Jacarezinho e dá outras providências.

PARECER

Propõe o nobre Deputado Wilson Fortes a criação na cidade de Jacarezinho, da Universidade Estadual, como resultante da incorporação e congregação de estabelecimentos isolados de Ensino Superior, mantidos direta ou indiretamente, pelo Estado na referida cidade.

A brilhante Justificativa apresentada pelo autor do Projeto em referência, demonstra com rara oportunidade, que a Universidade busca realizações educativas pela sedimentação e aperfeiçoamento cultural, pesquisa e novas direções previstas ou desejadas tanto para o pensamento como para a ação.

A política educacional estabelecida pelo Governo Federal, mostra a necessidade de se acelerar a expansão do Ensino Superior, de tal maneira que leve a todos os centros, Capital e Interior, a difusão da cultura, contribuindo assim, de modo decisivo, para a solução do problema educacional no país.

O estabelecimento de ensino de que trata este Projeto, será organizado como Fundação de Direito Público e de conformidade com as prescrições da legislação em vigor.

Considerando justa e oportuna a iniciativa do ilustre autor da proposição, opinamos pela aprovação da mesma.

Sala das Comissões, em 9-8-72

aa) Armando Queiroz — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Emílio Carrazzi — Muggiati Filho — Borsari Neto — Paulo Camargo — Ovidio Franzoni

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 99-72

PARECER

1.) O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, visa autorizar o Poder Executivo a criar a Universidade Estadual de Jacarezinho através da incorporação e congregação de estabelecimentos isolados de ensino superior, mantidos direta ou indiretamente pelo Estado naquela cidade.

2.) Apreciando a matéria a douta Comissão de Constituição e Justiça opinou favoravelmente à sua aprovação.

3.) Quanto ao aspecto financeiro da proposição nada temos a opor, pelo que opinamos pela sua aprovação.

E o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1972

aa) Fuad Nacfi — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

João Fadel — David Federmann

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N. 99-72

AUTOR: Deputado Wilson Fortes

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo, criar a Universidade Estadual da cidade de Jacarezinho, e dá outras providências.

PARECER

I — O presente Projeto de Lei, já obteve pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças desta Assembléia Legislativa.

II — Quanto ao mérito, razão pela qual opina esta Comissão de Instrução Pública, nada vemos que possa obstaculizar o pretendido visto que virá conciliar problemas de uma área densamente povoada do Estado do Paraná, na esfera educacional.

III — Isto posto, somos favoráveis.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em

aa) Antônio Lopes Junior — Presidente e Relator

João Fadel — Gabriel Manoel

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 144-72, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, dá nova redação ao artigo 3.º, da Lei n. 6.314 de 24-8-72, que criou o Município de Francisco Alves. — Parecer favorável da C.C.J. — Em Regime de Urgência — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 144-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 3.º, da Lei n. 6.314, de 24 de agosto de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data em que obtiver a aprovação de que trata o art. 1.º, parágrafo único, do Ato Complementar n. 46, de 7 de fevereiro de 1969".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1972.

a) Francisco Escorsin

JUSTIFICATIVA:

O artigo 3.º, da Lei n. 6.314, de 24 de agosto de 1972, em que criou o Município de Francisco Alves, diante das instruções emanadas do Ministério da Justiça, deve ser alterado com a redação proposta, a fim de que sejam cumpridas as disposições do ato complementar n. 46, de 7-2-1969.

LEI N. 6.314

Data: 24 de agosto de 1972.

Súmula: Cria o Município de Francisco Alves, desmembrado do Município de Iporã, sendo constituído pelos atuais Distritos de Francisco Alves e Rio Bonito.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica criado o Município de Francisco Alves, desmembrado do Município de Iporã, sendo constituído pelos atuais Distritos de Francisco Alves e Rio Bonito.

Art. 2.º — O Município de Francisco Alves constituído das áreas territoriais dos citados Distritos Administrativos terá como sede a cidade de Francisco Alves e como unidade distrital o atual Distrito de Rio Bonito, ficando delimitado e definido pelos seguintes limites e confrontações:

— Começa no marco de Lei cravado no perímetro divisor dos lotes numéricos 191 e 113, à margem direita do rio Piquiri, e com o rumo Norte, segue pelo perímetro divisor de lotes, até alcançar a cabeceira do córrego denominado "Córrego da Divisa", descendo pelo mencionado córrego até a barra do rio Xambê, descendo pelo mencionado rio até a barra do rio Piquiri, subindo pelo mencionado rio até encontrar o marco, ponto de partida.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 24 de agosto de 1972.

aa) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

MARIO FARACO

Secretário do Interior e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 144-72

Face os elementos constantes do presente e nada havendo que contrarie dispositivos constitucionais ou legais, opinamos pela aprovação.

É o Parecer.

Sala das Reuniões, em 13 de setembro de 1972.

aa) Maurício Fruct — Presidente em exercício

Cândido Martins de Oliveira — Relator

Muggiati Filho — Ovidio Franzoni — Erondy Silvério

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 20-72, de autoria do Dep. David Federmann, declara de Utilidade Pública a Casa da Amizade de Ponta Grossa, com sede e foro na cidade do mesmo nome. — Parecer favorável da C.C.J. — Em Regime de Urgência — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nr. 20/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a CASA DA AMIZADE DE PONTA GROSSA, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1972.

a) Deputado David Federmann

JUSTIFICATIVA: — A Casa da Amizade de Ponta Grossa é uma instituição de caráter filantrópico, fundada em 9 de dezembro de 1968 pelas esposas dos rotarianos da cidade de Ponta Grossa e tem por finalidade colaborar com as obras e iniciativas capazes de promover a melhoria da comunidade, de dar solução a qualquer problema humano, de caráter social ou individual.

A entidade, conforme pode-se verificar pelos seus Estatutos que anexamos ao presente, preenche os requisitos exigidos para que seja declarada de utilidade pública, pelo que esperamos que a medida aqui proposta venha a obter o apoio dos Nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nr. 20/72

AUTOR: Deputado David Federmann

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Casa da Amizade, de Ponta Grossa, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

PARECER

O presente plano de Lei, de autoria do nobre Deputado David Federmann, pretende declarar de utilidade pública a Casa da Amizade, de Ponta Grossa, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Cumprida que foi a diligência requerida, podemos verificar que o Projeto de Lei se encontra em condições de receber parecer favorável, pois não fere dispositivo legal ou constitucional.

Nestas condições, admitimos muito justa a declarar de utilidade pública, que será um reconhecimento aos relevantes serviços que a referida entidade vem prestando à comunidade de Ponta Grossa.

Pela Aprovação do Projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 9 de agosto de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente.

Paulo Camargo — Relator.

Ovidio Franzoni

Muggiati Filho

Borsari Netto

Maurício Fruct

Emílio Carazzai

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nr. 39/72, de autoria do Deputado

Fabiano B. Côrtes, declara de Utilidade Pública a Liga Comunitária Paranaense de Combate ao Tóxico, "LICOPAR", com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nr. 39/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Liga Comunitária Paranaense de Combate ao Tóxico, "LICOPAR", com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1972.

a) Deputado Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA: — A Liga Comunitária Paranaense de Combate ao Tóxico, é a única entidade no gênero militando no Brasil e mais completa de que se tem notícia em todo o mundo, pois atua nos setores da prevenção, educação, repressão e recuperação de toxicômanos, com recursos próprios, e está organizada para arcar com a responsabilidade de enfrentar o problema da toxicomania em todo o Paraná.

Nosso objetivo ao apresentarmos o presente plano de Lei, é o de possibilitar à "LICOPAR" melhor penetração e melhor receptividade nos meios que exercerá suas ações.

Seria por demais óbvio, qualquer argumento no sentido de demonstrar o real e concreto serviço de utilidade pública que a entidade vem desenvolvendo.

Por essas razões, estamos certos que o projeto receberá o apoio e a aprovação dos meus Nobres Pares com assento nesta Casa Legislativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nr. 39/72.

AUTOR: Deputado Fabiano Braga Côrtes.

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Liga Comunitária Paranaense de Combate ao Tóxico, "LICOPAR", com sede nesta Capital.

PARECER

O plano de Lei em exame, de iniciativa do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, pretende declarar de Utilidade Pública a Liga Comunitária Paranaense de Combate ao Tóxico, "LICOPAR", com sede nesta Capital.

Cumprida que foi a diligência requerida, podemos verificar que o presente plano de Lei, vem devidamente instruído, com a documentação exigida para iniciativas desta natureza.

Nestas condições, admitimos muito justa a declaração de Utilidade Pública, que será um reconhecimento aos relevantes serviços que a referida Liga vem prestando à comunidade.

E por julgar o projeto conforme, constitucionalmente válido e oportuno, opino pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente.

Maurício Fruct — Relator.

Igo Losso

Ovidio Franzoni

Emílio Carazzai

Cândido M. de Oliveira

Santos Lima

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado Expediente ao Sr. Diretor-Presidente da TELEPAR, no sentido de ser procedida instalação de Telefones Públicos nos bairros de Vila Cancelli, Alto Alegre, B.N.H., São Cristóvão e Neva, da cidade de Cascavel. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "Folha do Norte", editado em Maringá. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao escritor paranaense José Maria Orreda, pela edição do seu último livro denominado "Irati". — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo, pela passagem, no último dia 21 do corrente mês, do "Jubileu de Ouro" do Instituto de Educação. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja determinado à Secretaria de Educação e Cultura o pagamento das férias de julho das serventes vinculadas àquela Pasta. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nr. 1-72 e de Lei nrs. 108-70, 253-71, 111-72 e 127-72;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 58-71, 130-71, 263-71, 20-72, 39-72, 99-72 e 144-72;

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nr. 27-72 e de Lei nrs. 307-70, 20-71, 269-71, 46-72 e 56-72.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 2.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 24.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos catorze dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do deputado Cândido M. M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Basílio Zanusso apresentou redação final aos seguintes processos:

PROJETO DE LEI Nr. 86/70 — autor deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o Ginásio Municipal de Carambei, no Município de Castro.

PROJETO DE LEI Nr. 216/70 — autor deputado Fabiano B. Côrtes, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio, em Telêmaco Borba.

PROJETO DE LEI Nr. 238/70 — autor deputado Pinto Dias, que cria um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Maria, Município de Alto Paraná.

PROJETO DE LEI Nr. 110/71 — autor deputado Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo a isentar de impostos e taxas as entidades assistenciais do Estado que prestem efetivamente assistência social em todas suas formas.

PROJETO DE LEI Nr. 207/71 — autor deputado Emílio Carazzai, que cria uma Faculdade de Educação, em Cornélio Procopio.

PROJETO DE LEI Nr. 16/72 — de autoria do deputado Igo Losso, que declara de utilidade pública a Santa Bárbara Associação Comunitária — SBAC, com sede nesta Capital.

PROJETO DE LEI Nr. 34/72 — autor deputado Borsari Netto, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, de Rancho Alegre.

PROJETO DE LEI Nr. 47/72 — autor deputado Ovídio Franzoni, que denomina Ginásio Estadual Professor Pedro Fecchio, o atual Ginásio Estadual de São Tomé.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nr. 25/72 — autor Poder Executivo — Ex-Proposição nr. 147/72, que aprova os termos do convênio celebrado entre a Secretaria de Agricultura e a Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, objetivando instalação de um posto rural de revenda de produtos agropecuários a agricultores e criadores do Município. — Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotó-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

- a) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente.
- a) Lélío Guimarães Sotó-Maior — Secretário.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 86/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Ginásio Municipal de Carambei, no Município de Castro.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- Sala das Comissões, em 14-9-72
- aa) Candido M. M. de Oliveira — Presidente
- Basílio Zanusso — Gabriel Manoel — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 216/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Telêmaco Borba, uma Escola Técnica de Comércio, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- Sala das Comissões, em 14-9-72
- aa) Candido M. M. de Oliveira — Presidente
- Basílio Zanusso — Gabriel Manoel — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 238/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. Fica criado um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Maria, Município de Alto Paraná.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- Sala das Comissões, em 14-9-72
- aa) Candido M. M. de Oliveira — Presidente
- Basílio Zanusso — Gabriel Manoel — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 110/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a isentar de impostos e taxas as Entidades Assistenciais existentes no Estado, que prestem, efetivamente, assistência social em todas as suas formas.

Parágrafo único. Dentro de 90 (noventa) dias, o Poder Executivo baixará ato regulamentando a presente Lei.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- Sala das Comissões, em 14-9-72
- aa) Candido M. M. de Oliveira — Presidente
- Basílio Zanusso — Gabriel Manoel — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 207/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. Fica criada a Faculdade de Educação, na sede do Município de Cornélio Procopio.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- Sala das Comissões, em 14-9-72
- aa) Candido M. M. de Oliveira — Presidente
- Basílio Zanusso — Gabriel Manoel — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 16/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Santa Bárbara Associação Comunitária — SBAC, com sede no Jardim Santa Bárbara, nesta Capital.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- Sala das Comissões, em 14-9-72
- aa) Candido M. M. de Oliveira — Presidente
- Basílio Zanusso — Gabriel Manoel — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 34/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. É declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Rancho Alegre, sediada na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- Sala das Comissões, em 14-9-72
- aa) Candido M. M. de Oliveira — Presidente
- Basílio Zanusso — Gabriel Manoel — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 47/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. Fica denominado Ginásio Estadual Professor Pedro Fecchio, o atual Ginásio Estadual de São Tomé.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- Sala das Comissões, em 14-9-72
- aa) Candido M. M. de Oliveira — Presidente
- Basílio Zanusso — Gabriel Manoel — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 25/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE :

Art. 1.º. Fica aprovado os termos do convênio celebrado em 14 de janeiro de 1.972, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, objetivando a instalação de um posto rural de revenda de produtos agropecuários a agricultores e criadores do Município.

Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- Sala das Comissões, em 14-9-72
- aa) Candido M. M. de Oliveira — Presidente
- Basílio Zanusso — Gabriel Manoel — Relatores